
Município de Alpiarça

Órgão: Assembleia Municipal

Ata N.º 1/2025

17 de fevereiro de 2025

Assunto: Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

Início da reunião: 18h20m	Término da reunião: 22h04
----------------------------------	----------------------------------

Presidente:

Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira

Secretários:

Alzira Maria Nunes Marques Agostinho

Artur Fernandes Sanfona

Deputados:

1. Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira (Partido Socialista) -----
2. Mário Fernando Atracado Pereira (Coligação Democrática Unitária) -----
3. Alzira Maria Nunes Marques Agostinho (Partido Socialista) -----
4. João Pedro Antunes Osório (Coligação Democrática Unitária) -----
5. Abel Ferreira Melro Pedro (Partido Socialista) -----
6. Celestino Tomás Brasileiro (Coligação Democrática Unitária) -----
7. Paulo Jorge Pereira Cardoso Bento (Partido Socialista) -----

8. Marta Sofia de Oliveira Piscalho (Partido Socialista) -----
9. Artur Fernandes Sanfona (Partido Socialista) -----
10. Anabela Feliciano da Costa (Coligação Democrática Unitária) -----
11. Miguel Ângelo Félix Miranda (Coligação Democrática Unitária) -----
12. Rita Conim Pinto (Partido Socialista) -----
13. Jorge Manuel Pereira da Costa (Representante da Junta de Freguesia) -----

Executivo Municipal:

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

Ana Margarida Vences Rosa do Céu

Jorge Manuel Claudino de Freitas

João Pedro Costa Arraiolos

Fernanda Precaté Amorim Cardigo

--- **A Ordem do Dia foi a seguinte:** -----

--- **Ponto 01 – Informação escrita da Sra. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para conhecimento.** -----

--- **Ponto 02 – Aprovação da versão final das Normas Provisórias ao Plano Diretor Municipal de Alpiarça. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 03 – Declaração de Compromissos Plurianuais, Pagamentos e Recebimentos em Atraso – 2024. Para conhecimento.** -----

--- **Ponto 04 – Proposta de Aprovação da Celebração de Contrato para Afetação dos Recetáculos de Recolha de Resíduos Sólidos do Concelho de Alpiarça ao Sistema de Recolha e Aprovação da Respetiva Minuta. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 05 – Relatório Anual de Atividades da CPCJ. Para conhecimento.** -----

--- **Ponto 06 – Ampliação da EB1 Abel Avelino – Assunção de Compromissos Plurianuais. Para deliberação.**

--- **Ponto 07 – Proposta de Modificação Orçamental – Revisão n.º 1. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 08 – Autorização Prévia para Assunção de Compromisso Plurianual para Aquisição do Imóvel da Caixa Geral de Depósitos. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 09 – Leitura, discussão e votação da Ata da Assembleia Municipal realizada no dia 23 de dezembro de 2024. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 10 - Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto do n.º 2 do artigo 20.º do Regimento. Para deliberação.** -----

--- **“Saudação IC3”, apresentada pelo senhor Deputado Miguel Miranda, da Bancada da CDU.** -----

--- **“Voto de Louvor a Francelina Conceição Freire Alves”, apresentado pela senhora Deputada Rita Conim, da Bancada do PS.** -----

--- **“Moção comemorativa ao 25 de novembro”, apresentada pelo senhor Deputado Artur Sanfona, da Bancada do PS.** -----

--- **“Moção Evocativa do Centenário do nascimento de Mário Soares”, apresentada pela senhora Deputada Marta Piscalho, da Bancada do PS.** -----

--- **“Voto de louvor à Escola de Ciclismo do Clube Desportivo “Os Águias””, apresentado pelo senhor Deputado Abel Pedro, da Bancada do PS.** -----

--- A sessão foi aberta pela senhora Presidente da Assembleia Municipal (AM) eram dezoito horas e vinte minutos. -----

--- A senhora Presidente da AM começou por informar que as senhoras deputadas Ana Rita Fernandes e Ana d’Almeida se encontram a faltar, não tendo sido substituídas, tendo o senhor deputado João Pedro Lopes Silva pedido a suspensão de mandato e o senhor João André Freilão se encontrar a faltar. Mais informou que, por ordem do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, foi declarada a perda de mandato de Rita Margarida Mendes da Silva Nobre da Costa como deputada da Assembleia Municipal de Alpiarça. -----

--- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao primeiro período de intervenção do público, conferindo as respetivas inscrições e dando a palavra aos munícipes que manifestaram a sua intenção de intervir. Não foram registados pedidos de intervenção. -----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- A senhora Presidente da AM, como nota prévia, informou que a Mesa da Assembleia recebeu uma comunicação do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, que se fez acompanhar do despacho de arquivamento do Processo n.º 82/2024, que teve origem numa exposição apresentada pela CDU de Alpiarça, questionando sobre a legalidade da aprovação do regulamento referente à gestão do legado de Manuel Nunes Ferreira, aprovado na Assembleia Municipal em 4 de setembro de 2024. No despacho ora recebido, o tribunal concluiu que a questão em causa não se enquadra no âmbito dos tribunais administrativos e fiscais, uma vez que a relação jurídica subjacente decorre da vontade expressa num testamento, mantendo assim o carácter privado. Assim, tendo em conta a ausência de fundamento para a intervenção do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, foi determinada a remessa do processo para o Tribunal Judicial de Almeirim,

e, consequentemente, o arquivamento do mesmo nesta instância. -----

----- Seguidamente, a Presidente da AM abriu o período de intervenção relativamente a assuntos de relevante interesse para o Município. -----

--- Foi dada a palavra, em primeiro lugar, à senhora Deputada Alzira Agostinho, que revelou ter tido conhecimento, através da página do Município, que Alpiarça tinha sido escolhida, a nível europeu, para liderar o processo de restauro e proteção turfeira, pelo que passou a indagar qual o impacto e importância que esta escolha e liderança terão no concelho, a médio e longo prazos. Perguntou qual o estado de desenvolvimento do processo de criação da estátua que foi encomendada ao escultor Armando Ferreira e se a Câmara Municipal poderia informar para quando está prevista a sua inauguração. Relativamente ao processo envolvendo o cidadão Armindo Terebentino, e que há uns anos causou alguma polémica na Assembleia Municipal, com a presença dos lesados, e que posteriormente veio dar origem ao bloqueio das contas da autarquia, afirmando-se que, inclusivamente, tal medida estaria a colocar em causa o pagamento dos salários aos trabalhadores da Câmara Municipal, questionou se este processo ainda se mantém aberto, ou se já foi, definitivamente encerrado. -----

--- Depois, tomou a palavra o senhor Deputado João Osório, que indicou possuir uma fotografia da Rua Manuel Paciência Gaspar, recentemente pavimentada, mas que se encontra em péssimo estado, junto ao cruzamento com a Rua Eng.º Álvaro Silva Simões e no cruzamento com a Rua Conselheiro Figueiredo Leal. Perante esta circunstância, renovou a questão relativamente aos critérios pelos quais a Câmara Municipal optou por não repavimentar a totalidade da Rua Manuel Paciência Gaspar. Por outro lado, e tendo sido intervencionada a Rua Pedro Álvares Cabral para construção de um passeio, deu nota de que, com a forte precipitação sentida, pela primeira vez entrou água na casa de um morador desta rua, consequência do facto de a Câmara Municipal não ter acautelado devidamente o escoamento de águas pluviais, através do reforço das condutas, aquando da construção deste passeio. Em seguida, solicitou um ponto de situação acerca dos trabalhadores da extinta cooperativa AgroAlpiarça, designadamente da sua integração nos quadros da Câmara Municipal, requerendo também algumas informações adicionais acerca do próprio processo de liquidação da cooperativa. -----

--- O senhor Deputado Celestino Brasileiro, no uso da palavra, chamou a atenção para o mau estado de conservação em que se encontram vários caminhos rurais em terra batida, deixando a sugestão para que os operacionais da Câmara Municipal possam passar mais vezes por estes caminhos com a máquina niveladora, facilitando, assim, o acesso aos agricultores. Também alertou para a falta de valetas para escoamento de águas em algumas ruas, apontando como exemplo o caso da Rua Marechal Costa Gomes, cuja estrada ficou completamente inundada com a forte precipitação ocorrida, com a água a entrar, inclusivamente, numa habitação. Indicou que, no caso específico desta rua, durante a maior parte do ano as valetas estão cheias de vegetação, que acaba por ser cortada pelos próprios moradores, pelo que lançou o repto para que a

Câmara Municipal possa estar mais atenta e ser mais atuante nesta situação. Falando ainda sobre estradas, referenciou a rua que vai da Adega da Gouxá até Paço dos Negros, que foi alcatroada há, sensivelmente, três anos, mas cuja total ausência de sinalização torna perigosa a circulação automóvel, sobretudo em período noturno. Nessa mesma rua, já próximo da fronteira com Almeirim, existe também uma estrada de terra batida que, usualmente, arrasta uma significativa quantidade de terra e de pedras para a estrada principal, pelo que deixou esta chamada de atenção para avaliação dos serviços da Câmara Municipal. Salientou a importância de se diligenciar com celeridade a remoção das árvores mortas junto à Escola Secundária. Finalmente, questionou as razões pelas quais ainda continua encerrado o parque infantil junto às piscinas municipais. -----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado Mário Pereira que começou por colocar uma questão relativa à assessoria jurídica ao Município, indicando que a Câmara Municipal de Alpiarça estabeleceu recentemente um contrato de prestação de serviços com uma sociedade de advocacia da região do Porto, mantendo em paralelo a assessoria jurídica do Dr. João do Céu, advogado de Alpiarça, duplicando desta forma a despesa com apoio jurídico direto ao Município, com a assessoria jurídica externa a ascender a um encargo mensal de cerca de 4.000€. Assim, questionou quais as razões para este facto, e se não seria preferível manter apenas o serviço de assessoria prestado num regime de avença. Depois, no que diz respeito às denominadas casas da Igreja, na Rua Manuel Paciência Gaspar, revelou ter sido novamente interpelado com alguma preocupação por parte dos moradores. Recordou que, da última vez que este tema foi suscitado em Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara comprometeu-se a verificar junto das entidades competentes, e nomeadamente junto do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, se existiria a possibilidade de integrar a aquisição e reabilitação destas casas na Estratégia Local de Habitação do Município, sendo as mesmas posteriormente colocadas no mercado de arrendamento acessível, pelo que indagou em que fase se encontra este processo, e se a Câmara Municipal mantém a sua intenção de adquirir estas habitações. -----

--- Foi dada a palavra, seguidamente, ao senhor Deputado Artur Sanfona, que perguntou quais as ações específicas que conduziram o Município de Alpiarça a ser agraciado com um certificado de poupança energética. Tendo sido assinado um protocolo de cooperação para a promoção dos vinhos certificados do concelho, também questionou de que modo prevê a Câmara Municipal atingir os objetivos delineados no referido protocolo. Requereu, ainda, um ponto de situação acerca do Bairro dos “46 fogos”. -----

---- Usou a palavra a senhora Deputada Rita Conim, que começou por se congratular pela inauguração da subestação da E-Redes em Alpiarça, que se revela de grande importância social e económica, não só para o concelho, mas também para os concelhos vizinhos, permitindo melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos. Louvou a Câmara Municipal por todos os passos firmes que foram dados para que este desenlace se tornasse uma realidade. Também elogiou a iniciativa denominada “Um amor, um lugar... em Alpiarça”, que decorreu durante o mês de fevereiro, e que assinalou um momento celebrado, não só em Alpiarça, como

a nível nacional e internacional. Depois, alertou para a deficitária sinalização existente na estrada do campo, entre Alpiarça e Santarém, indagando qual a extensão das competências da Câmara Municipal nesta matéria da segurança na circulação rodoviária nesta estrada. Por fim, enalteceu a organização da região do Ribatejo no referente à Cidade do Vinho 2024. -----

--- Para resposta às questões colocadas pelos membros da Assembleia, a senhora Presidente da AM deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que, começando pela intervenção da deputada Alzira Agostinho, no referente à liderança no processo de restauro e proteção da turfeira, explicou que o Município de Alpiarça obteve a classificação da sua reserva natural local, num processo que já vinha a decorrer há alguns anos, e na sequência, o Executivo desenhou para o local um conjunto de projetos, de modo a valorizar ainda mais o património natural daquela reserva e, sobretudo, para garantir a sua continuidade, sustentabilidade e operacionalização, para se tornar um espaço amplamente visitável, com uma riqueza que se torne um ativo do próprio Município. Mais explicou que esta liderança para a qual o Município de Alpiarça foi escolhido advém de um projeto do Interreg, com financiamentos obtidos diretamente da Comissão Europeia, estando em preparação uma candidatura a um Projeto LIFE, substancialmente mais valiosa do ponto de vista do financiamento comunitário, dotando, assim, a Câmara Municipal de uma capacidade interventiva mais alargada com vista à dinamização daquela reserva. Enfatizou a importância desta liderança, dado que, neste momento, o Município de Alpiarça e o seu património estão a ombrear com países e cidades com uma dimensão muitíssimo maior, sendo esta escolha que recaiu sobre o Município uma prova inequívoca do reconhecimento do bom trabalho que tem sido feito nesta área, colocando Alpiarça numa posição única a nível nacional, na liderança de projetos de financiamento europeu com uma importância estratégica para o país, no que diz respeito à preservação de uma turfeira e da sua capacidade de absorção de carbono e cumprimento de metas ambientais. Relativamente à obra escultórica encomendada ao artista local Armando Ferreira, a indicação dada pelo mesmo é que a criação da obra se encontra na sua fase final, estando a Câmara Municipal a iniciar os procedimentos para a concretização da base onde será colocada a escultura. Acrescentou já ter sido definido o local onde a escultura será colocada, embora a localização ainda esteja aberta a debate por parte dos Vereadores, prevendo-se a sua inauguração no dia 25 de abril de 2025, pela profunda ligação da obra artística a esta data histórica. Sobre a referência ao processo da ação judicial movida pela Câmara Municipal ao cidadão Armindo Terebentino, declarou ser sua opinião que este processo, que já se arrasta há largos anos, não foi conduzido da melhor forma, uma vez que o Município acionou o cidadão com o intuito de o obrigar a repor uma situação abusiva da sua parte, no que tange à ocupação de um caminho público. Algum tempo depois, chegou-se a um acordo com uma transação judicial que se entende ter sido extremamente penalizadora para o Município, uma vez que, mediante esta, é assumido um conjunto de responsabilidades que vão muito para além do expectável, atendendo a que a ação ilegítima não foi praticada pela autarquia, mas pelo munícipe. Uma vez que a Câmara Municipal não deu cumprimento ao

estabelecido nesse acordo, com variadíssimas vicissitudes, o munícipe interpôs junto do tribunal uma ação para execução específica dos termos do acordo firmado, com o Município a encetar um conjunto de obras, por administração direta, cujo custo global, no que é possível apurar, já ultrapassará os 35.000€. Ultrapassados alguns constrangimentos e um clima de conflituosidade que o munícipe mantinha para com o Município desde o início deste processo, neste momento faltam apenas dois pequenos apontamentos para que a obra seja dada como terminada, designadamente a autorização do ICNF para a retirada de um sobreiro do local e a colocação de uma rede de vedação, repondo assim o acesso legal dos proprietários e viabilizando a passagem, indo ao encontro da legítima aspiração alimentada há anos pelos proprietários de terrenos. Em resposta ao deputado João Osório, indicou que a Câmara Municipal foi interpelada pela Águas do Ribatejo acerca da necessidade de intervenção na Rua Manuel Paciência Gaspar, fator que foi devidamente levado em conta no planeamento da repavimentação desta via. Também explicou que o plano de repavimentação elaborado pela Câmara Municipal foi articulado com a Águas do Ribatejo, naquilo que é o plano de investimentos da própria empresa, tendo sido adiada a pavimentação das artérias em que a Águas do Ribatejo previa intervir a breve prazo, nomeadamente no que diz respeito à Rua Queiroz Vaz Guedes e à Avenida Carlos Relvas. Relativamente à rua mencionada pelo deputado, revelou não ter sido dada qualquer indicação prévia por parte da Águas do Ribatejo acerca de uma eventual intervenção naquela zona, tendo-se tratado de uma intervenção que não estava planeada, sendo que a Câmara Municipal irá, naturalmente, instar a empresa para que o pavimento seja reposto na área intervencionada. Relativamente à questão dos passeios na Rua Pedro Álvares Cabral, assinalou que o problema do escoamento de água não é propriamente recente, com os constrangimentos conhecidos para os moradores, que advêm do facto de a estrada ficar inundada quando ocorre uma precipitação mais intensa. Neste contexto, revelou já ter reunido com o proprietário dos terrenos, sendo que um dos assuntos abordados foi a possibilidade de o acesso de máquinas e tratores ser realizado por outra entrada, de modo a mitigar o problema do volume de terra, lama e pedras arrastadas para a estrada. Tendo esta sugestão sido prontamente aceite pelo proprietário, a Câmara Municipal está, neste momento, a diligenciar uma solução mais eficaz para a condução das águas pluviais, mediante a realização de um levantamento topográfico daquela área, por forma a aferir se é possível aproveitar e reforçar as condutas de águas pluviais existentes. Em relação ao processo de dissolução da cooperativa AgroAlpiarça, referiu que apenas dois dos trabalhadores da cooperativa manifestaram interesse em integrar o quadro de pessoal da autarquia, com os restantes trabalhadores a optarem por receber a devida indemnização. Sobre estes dois trabalhadores, explicou que aquilo a que a Lei obriga é à abertura de um concurso público para provimento destes dois lugares, embora sem uma segurança, ou garantia, de que os mesmos venham a ser preenchidos por estes trabalhadores, devido ao carácter público do procedimento. Sobre o processo de extinção da cooperativa, indicou que a Câmara Municipal está a aguardar a disponibilização dos elementos registrais para poder finalmente efetivar a escritura de dação em pagamento,

e, nessa sequência, os ulteriores trâmites deste processo, o qual será trazido para conhecimento dos membros da Assembleia Municipal quando dado como concluído. Passando para a intervenção do deputado Celestino Brasileiro, assinalou as dificuldades com que a Câmara Municipal muitas vezes se confronta no que concerne à manutenção dos caminhos rurais e das respetivas valetas, uma situação que tem suscitado alguns problemas graves, do ponto de vista da segurança e da gestão do território. Assegurou, no entanto, que a limpeza e manutenção destes caminhos estão a ser efetuadas de forma regular, em função da capacidade operacional da Câmara Municipal e da priorização que tem de ser feita a outras intervenções no território, ou a caminhos rurais que sejam mais utilizados, em detrimento de outros. Sobre as referências que foram feitas em múltiplas intervenções dos membros da Assembleia no que se refere à sinalização de vias, revelou que a Câmara Municipal tem vindo a avaliar, também junto da comunidade intermunicipal, a possibilidade e pertinência da aquisição de uma máquina para pintura das marcações no piso, sendo que, entretanto, a Câmara Municipal também solicitou orçamentos com vista à reposição da sinalização horizontal nos troços das vias mencionadas que estão sob a sua alçada. Informou que o parque infantil junto às piscinas municipais foi objeto de uma intervenção de recuperação, levada a cabo pela Junta de Freguesia, com meios próprios, sendo agora necessária uma validação relativamente à sua conformidade com todos os normativos legais, sobretudo no que diz respeito à segurança do espaço para utilização por parte das crianças, sendo intenção do Município que este parque venha a ser reaberto tão rapidamente quanto possível. Passando a responder à intervenção do deputado Mário Pereira, chamou a atenção para as circunstâncias evolutivas, ao longo dos últimos anos, no que concerne às necessidades do Município em termos de assessoria jurídica, tendo perdido uma jurista com vasta experiência e que assumia funções dirigentes, reduzindo para metade a capacidade de resposta do gabinete jurídico da autarquia. Assim, e tendo em consideração um período em que se multiplicam as candidaturas aos mais variados níveis e o acompanhamento de obras com fiscalização própria do Município, o que, naturalmente, carece de um apoio jurídico constante, foi entendido pelo Executivo que seria pertinente manter a contratação de um advogado que representa o Município em juízo, e reforçar a assessoria jurídica nas áreas do urbanismo e dos recursos humanos, sendo que a sociedade de advogados contratada para o efeito possui uma vasta experiência nesta área, trabalhando em parceria com vários Municípios da região, compreendendo-se este profundo conhecimento do território como uma mais valia importante para as funções exercidas. Relativamente às casas da comissão fabriqueira, e na sequência das diligências tomadas, referiu que a informação remetida pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana vai no sentido da impossibilidade de o Município recorrer a financiamento, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, para a aquisição destas casas. Perante este cenário, a Câmara Municipal está a trabalhar em articulação com a comissão fabriqueira, com o objetivo de encontrar uma outra solução que viabilize a intervenção de requalificação destas habitações. Acrescentou que, após intervenção do bispo, a comissão fabriqueira alterou o seu propósito original que, aparentemente, já não passará pela intenção de alienação

destes imóveis. Voltando atrás, à intervenção do deputado Celestino Brasileiro, esclareceu que o processo com vista à retirada e substituição das árvores em frente à Escola Secundária está a ser devidamente articulado com o planeamento de uma intervenção que visa a uniformização dos passeios no local e a regularização do estacionamento, intervenção esta que começará naquela zona e que se estenderá para o Bairro dos “46 fogos”. Em resposta à intervenção do deputado Artur Sanfona, frisou a importância do certificado de poupança energética, que decorre de um conjunto de ações que foram adotadas nas escolas, além de outras que estão em fase de preparação, desde logo a recolha de biorresíduos de forma seletiva, no espaço escolar, e outras que garantirão que este certificado seja perpetuado. Sobre a intervenção da deputada Rita Conim, declarou ser intenção e aposta da Câmara Municipal continuar a apoiar a presença de produtores locais de vinho em concursos internacionais, mediante um protocolo estabelecido com a CVR, contribuindo, assim, para a promoção do território e deste produto local. Relativamente às obras no âmbito do Primeiro Direito, deu nota de que a Câmara Municipal lançou um procedimento concursal que ficou deserto, visando o aluguer de casas modulares que pudessem ser utilizadas pelos moradores enquanto as suas habitações são intervencionadas. Atendendo à urgência para a realização destas intervenções, por força dos prazos restritos impostos pelo Plano de Recuperação e Resiliência, foi lançado um novo procedimento concursal para aluguer de contentores ou casas modulares para albergar os moradores, sendo este atualmente o único entrave que subsiste ao início dos trabalhos nas habitações a requalificar. Por fim, e agradecendo os elogios da deputada Rita Conim, reconheceu a fundamental importância da subestação instalada pela E-Redes que, seguramente, conferirá às empresas e aos habitantes do concelho melhores condições, sendo igualmente um elemento preponderante para a atratividade da zona industrial, facilitador da fixação de novas empresas, com uma garantia de qualidade e estabilidade do fornecimento de energia elétrica. -----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Mário Pereira que, no referente ao tema das casas da Igreja e Estratégia Local de Habitação, recordou que, numa fase inicial desta discussão, a Câmara Municipal assumiu claramente a possibilidade de integrar nesta estratégia a aquisição de imóveis ou de terrenos para construção, pelo que se revelou surpreendido pela informação supostamente transmitida pelo IHRU, no sentido de inviabilizar a aquisição destes imóveis. Ressalvou, porém, que tal circunstância não desresponsabiliza a Câmara Municipal de encontrar uma solução para apaziguar as legítimas preocupações dos moradores. No que diz respeito ao caminho no Vale dos Tejeiros, que deu origem ao processo judicial mencionado, partilhou uma visão distinta acerca deste assunto, apontando a premência de resolução, pela via legal, de um problema herdado pelo Executivo por si liderado, relativo à reivindicação de um caminho como de carácter público, que servia vários proprietários. Quanto ao acordo alcançado com o cidadão em causa, discordou da afirmação segundo a qual este se revelou penalizador para a autarquia, estando em causa tão somente a colocação de *tout venant* num caminho assumido como sendo público, a construção de um passeio e de um muro de

suporte e a limpeza das valetas, pelo que considerou os valores avançados pela Presidente da Câmara, na ordem dos 35.000€, algo inflacionados. Reafirmou que o acordo alcançado configurou uma solução que salvaguardou convenientemente o interesse municipal e a necessidade de preservação daquele caminho como de carácter público. -----

--- A senhora Presidente da Câmara, em resposta, e começando pela questão relativa à Estratégia Local de Habitação, esclareceu que as circunstâncias não estão diretamente relacionadas com o facto de se tratarem de imóveis da propriedade da Igreja, mas com as reconhecidas dificuldades na operacionalização das Estratégias Locais de Habitação por parte do IHRU, entidade que se encontra totalmente congestionada e sem capacidade de resposta eficiente – algo que era perfeitamente previsível, atendendo ao compromisso com o número de habitações a construir ou reabilitar, e à operacionalização burocrática necessária. Assim, neste momento já não existe esta previsão de possibilidade de aquisição de imóveis, estando a Câmara Municipal a encetar o processo com vista à revisão dos preços e reprogramação das obras de beneficiação de vinte fogos habitacionais. Relativamente ao diferendo com o cidadão Armindo Terebentino, referiu que a intenção inicial do anterior Executivo ao avançar com uma ação judicial era, efetivamente, na defesa dos interesses do Município, com a razão que lhe assistia e que muito provavelmente conduziria a um veredito favorável, sendo que a transação judicial posterior foi completamente no sentido inverso, impondo sobre a Câmara Municipal um ónus bastante pesado do ponto de vista financeiro, o que fica implícito no facto de os termos acordados não terem sido prontamente cumpridos pela autarquia. Em relação às dúvidas suscitadas sobre os custos associados a estas intervenções, disponibilizou-se para apresentar as contas relativas a todas as intervenções realizadas por administração direta no local. Concluindo a sua intervenção, venceu a sua opinião distinta acerca daquilo que considera ter sido, efetivamente, um péssimo acordo para o Município de Alpiarça. -----

--- Finalizadas as intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início à ordem de trabalhos da reunião. -----

--- ORDEM DO DIA -----

--- **Ponto 01 – Informação escrita da Sra. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para conhecimento.** -----

--- A senhora Presidente da AM introduziu este ponto, dando a palavra aos membros da Assembleia que desejassem intervir. Não se registando pedidos de intervenção neste ponto, a senhora Presidente da AM passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

--- **Conhecimento:** Foi dado conhecimento da informação escrita da senhora Presidente da Câmara. -----

--- Ponto 02 – Aprovação da versão final das Normas Provisórias ao Plano Diretor Municipal de Alpiarça. Para deliberação. -----

--- Com a anuência da senhora Presidente da AM, a senhora Presidente da Câmara passou a apresentar este ponto da ordem de trabalhos, expondo que, quer da parte da Quinta da Lagoalva, quer da parte da empresa Suprema, houve uma manifestação de interesse relativamente à construção de equipamentos na zona industrial – no caso da Quinta da Lagoalva, na sua propriedade, contígua à zona industrial, e no caso da Suprema, no terreno adquirido ao Município para instalação de uma nova unidade industrial. Explicou que ambos os terrenos estavam fora do perímetro industrial e do limite de área de construção definidos no Plano Diretor Municipal, pelo que se tornou necessário encetar um procedimento que regularizasse as intenções de investimento. Desencadeado um processo de conversações com a CCDR Lisboa e Vale do Tejo neste mesmo sentido, concluiu-se que esta não seria a via mais célere para alcançar o objetivo pretendido, observando-se que, no que diz respeito a estas alterações, sobretudo no que concerne a instrumentos de gestão territorial, a burocracia é demasiado pesada, e a divergência de opiniões dentro das próprias estruturas também nem sempre é fácil de ultrapassar. Por conseguinte, a Câmara Municipal de Alpiarça optou por recorrer à figura das normas provisórias ao PDM, por indicação da CCDR, vindo agora apresentar a versão final, anteriormente sujeita a consulta pública, para deliberação da Assembleia Municipal. -----

--- Interveio o senhor Deputado João Osório que, recordando ter sido aprovado no Orçamento de Estado para 2025 o novo traçado do IC3, com acesso à zona industrial de Alpiarça, e atendendo a que nos mapas fornecidos a ponta do lote de terreno da Suprema se encontra dentro da zona de reserva, questionou se estes fatores foram devidamente considerados nas reuniões com a Infraestruturas de Portugal e com a CCDR, eventualmente através da definição de um novo traçado para o IC3 que se conforme com esta nova realidade.

--- Também usou a palavra o senhor Deputado Mário Pereira, que no mesmo registo, e relativamente ao nó de acesso construído no futuro IC3, de ligação a Alpiarça, fez referência a um parecer da Infraestruturas de Portugal que não aparenta ser suficientemente claro, remetendo para um futuro não muito longínquo, a partir de abril de 2025, a possibilidade de esta área ficar livre de qualquer ónus, não se incompatibilizando, no momento atual, com a criação de uma outra alternativa. Solicitou uma confirmação sobre se o terreno que é propriedade da Quinta da Lagoalva será exclusivamente utilizado para o investimento programado. --

--- Para resposta, tomou a palavra a senhora Presidente da Câmara, argumentando que, naturalmente, os fatores ora mencionados pelos deputados foram devidamente ponderados, tendo em conta que todo o processo de condução das normas provisórias tinha de ter, obrigatoriamente, em consideração o parecer da Infraestruturas de Portugal. Clarificou que o acesso a que o deputado João Osório se referiu é exatamente apenas isso, um acesso, e não parte integrante do traçado do IC3, o qual termina num nó, que depois tem acesso pela área da zona industrial. Explicou que, nesta circunstância em concreto, caso este traçado se mantivesse, o acesso à zona industrial teria de ser feito um pouco antes, tendo em conta a existência de uma

unidade industrial no local. No entanto, frisou que, independentemente, de se manter a intenção de concretizar o IC3, até como acessibilidade óbvia ao novo aeroporto, não existe forma, do ponto de vista legislativo, de manter o traçado que estava previsto, o qual cairá obrigatoriamente em abril, implicando em que o Governo tenha de retomar as negociações com vista ao desenho de um novo traçado, não inviabilizando o investimento previsto pela Suprema, na construção de uma nova unidade industrial. Relativamente ao processo da Quinta da Lagoalva, este apresenta contornos distintos, uma vez que a Quinta da Lagoalva manifestou intenção de construir uma nova adega no seu próprio terreno. Neste contexto, explicou que, apesar de o processo conduzido, em termos daquilo que são as condicionantes da Reserva Agrícola Nacional, visar exclusivamente o investimento previsto, a Quinta da Lagoalva manifestou total disponibilidade para que aquele terreno possa ser integrado na zona industrial e, eventualmente, alienado para a instalação de outras atividades industriais, já se encontrando devidamente previsto em Plano Diretor Municipal o aumento da área industrial, quer para o terreno da Quinta da Lagoalva, quer para o terreno da Suprema. -----

--- **Deliberação:** Posta a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 03 – Declaração de Compromissos Plurianuais, Pagamentos e Recebimentos em Atraso – 2024.**

Para conhecimento. -----

--- **Conhecimento:** Foi dado conhecimento do documento. -----

--- **Ponto 04 – Proposta de Aprovação da Celebração de Contrato para Afetação dos Recetáculos de Recolha de Resíduos Sólidos do Concelho de Alpiarça ao Sistema de Recolha e Aprovação da Respetiva Minuta.**

Para deliberação. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara para apresentação deste ponto, tendo esta explicado estar em cima da mesa um contrato que resulta do facto de o Município ter integrado a recolha de resíduos sólidos em baixa na Ecoléziria, havendo a necessidade de estabelecer um instrumento jurídico que permita a utilização, por parte da Ecoléziria, dos recetáculos que existem para a recolha de resíduos, o qual carece da aprovação do órgão deliberativo. -----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado Mário Pereira que adiantou que, à semelhança do posicionamento de voto adotado pelos Vereadores da CDU em reunião de Câmara, os membros da Assembleia Municipal eleitos pela CDU irão votar contra este ponto, mantendo a sua posição de princípio relativamente a este tema, de absoluta discordância para com esta solução de recolha integrada, entre alta e baixa, dos resíduos sólidos urbanos, pelo efeito nefasto que se entende que a mesma terá sobre a população, sobretudo ao nível do expectável aumento das tarifas, e pela convicção de que a Câmara Municipal teria todas as condições para continuar a assegurar este serviço, nos moldes previamente definidos, entregando à Ecoléziria e à Resiurb a recolha seletiva, conforme anteriormente previsto. -----

--- A senhora Presidente da Câmara, em resposta, e como esclarecimento prévio, referiu que o contrato em apreço visa essencialmente complementar aquilo que foi a decisão de transferir para a Ecoléziria a recolha e gestão dos resíduos sólidos em baixa no Concelho de Alpiarça. Relativamente à defesa intransigente do deputado Mário Pereira, de que a Câmara Municipal teria todas as condições para manter este serviço sob a sua alçada, declarou que esta já nem sequer é uma opção política, de tão irrealista, argumentando que em tempos passados este serviço foi mantido pelo Município ao arrepio da Lei, apesar de um conjunto de constrangimentos que se traduziram numa sobrecarga para o Município, e com reservas consideráveis do ponto de vista do equilíbrio e da igualdade de tratamento dos cidadãos, com a Câmara Municipal a assumir os custos dos principais produtores de resíduos, em detrimento daqueles que mais reciclagem faziam, participando, indiferenciadamente, todos estes encargos financeiros. Por outro lado, no momento atual, a Câmara Municipal de Alpiarça, de facto, não teria condições para se financiar com vista à aquisição de novos veículos e equipamentos que lhe permitissem assegurar convenientemente, e com a qualidade exigível, a prestação deste serviço à comunidade, salientando-se que os meios existentes eram nada menos do que um sorvedouro de recursos públicos, completamente obsoletos e a carecer sistematicamente de uma manutenção cada vez mais dispendiosa, obrigando o Município a encontrar uma outra solução viável que não colocasse em causa a prestação deste serviço fundamental, e que, ao mesmo tempo, reforçasse a capacidade de recolha de monos, de recolha seletiva e de recolha de biorresíduos, criando assim as condições para a implementação das normas e regras que estão a ser impostas por via de diretiva europeia. Fez questão de clarificar que não se poderá, legitimamente, afirmar que o serviço de recolha de resíduos no concelho de Alpiarça foi privatizado, tendo em conta que o mesmo foi delegado a uma empresa intermunicipal, com capitais exclusivamente públicos, numa solução que, a curto prazo, terá de ser adotada pela esmagadora maioria dos Municípios que, no passado, mantiveram este serviço na sua órbita, atendendo aos elevados custos da gestão dos resíduos sólidos em alta e em baixa. -----

--- Pediu novamente a palavra o senhor Deputado Mário Pereira que justificou a opção política consistente tomada por anteriores Executivos Camarários liderados pela CDU ao longo de onze anos, de não aumentar as tarifas dos resíduos sólidos, integrando esta despesa no Orçamento Municipal, de modo a não penalizar os munícipes, salientando que, ao longo desse tempo, e sendo a Presidente da Câmara então Vereadora na Oposição, nunca o Partido Socialista apresentou uma proposta no sentido do aumento destas tarifas. Agora, numa opção diametralmente oposta, e apesar de o Município contar atualmente com mais 4.600.000€ de transferências diretas do Orçamento de Estado, comparativamente com os anteriores Executivos da CDU, vem a Câmara Municipal, por este meio, assumir que este serviço passará a ser prestado à custa do esforço financeiro da população. Quanto à capacidade para, efetivamente, continuar a assegurar este serviço com meios próprios, reiterou que a Câmara Municipal poderia tomar a opção política de investir fortemente na aquisição de novos equipamentos. Por outro lado, criticou a assunção de competências em áreas que não

são da responsabilidade do Município, e que, com o tempo, irão esvaziar as autarquias daquelas que são as suas competências essenciais de serviço à população, como o abastecimento público de água, o saneamento de águas residuais e a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, com um enorme prejuízo para a população. No referente às questões de equidade, fez notar que a tarifa dos resíduos sólidos está associada ao consumo de água, sendo absolutamente pertinente evoluir para um outro sistema que permita uma maior justiça neste campo, evolução esta que não será introduzida com a opção política ora tomada de delegação deste serviço a uma entidade externa. Como nota final, mencionou que a proposta não é concreta e objetiva no que concerne à modalidade através da qual se procede à afetação dos bens do Município à Resiurb, a qual poderá ser realizada mediante contrato de compra e venda, doação, arrendamento, comodato ou outra forma de cedência temporária, a título gratuito ou oneroso. -----

--- A senhora Presidente da Câmara, começando por responder a esta última dúvida suscitada, esclareceu estar em causa uma cedência por comodato de um conjunto de equipamentos para utilização, os quais se encontram devidamente avaliados. Quanto à argumentação utilizada pelo deputado Mário Pereira, declarou que, tendo sido tomada uma opção política pelo anterior Executivo da CDU, esta foi claramente errada, do ponto de vista do Partido Socialista. Sustentando este seu entendimento, começou por questionar quais poderão ter sido as justificações técnicas e económicas apresentadas pela Câmara Municipal, à época, à entidade reguladora ERSAR, atendendo a que o Município, efetivamente, não tinha condições técnicas para prestar um serviço de qualidade, sendo que, no presente mandato, já por diversas vezes a Câmara Municipal teve de recorrer ao aluguer de equipamentos para recolha de resíduos, em virtude de os seus equipamentos estarem inoperacionais, subvertendo por completo a qualidade que se exigia na prestação deste serviço. Do ponto de vista económico, aditou que a manutenção deste serviço na esfera do Município era absolutamente ruinosa, com a Câmara Municipal a assumir uma taxa de comparticipação de cerca de 70% sobre os custos da recolha de resíduos, em claro contraciclo com o que é a prática recomendada. Trazendo à colação os exemplos mencionados dos Municípios do Cartaxo, Benavente e Salvaterra de Magos, explicou que o Município de Alpiarça, na prática, foi forçado a uma determinada opção política em função das vicissitudes herdadas, sendo que, ao longo dos anos, e em contraste com os Municípios mencionados, não efetuou o investimento que seria indispensável, com base em atualizações tarifárias, para manter a prestação deste serviço na sua alçada, o que obrigou o atual Executivo a encontrar uma alternativa viável. Destacou em particular o exemplo do Município de Benavente, governado pela CDU, que tem vindo a atualizar as tarifas dos resíduos sólidos urbanos a uma taxa de cerca de 10% ao ano, com um tarifário que, não só permitiu implementar adequadamente um princípio de poluidor pagador, mas também contribuiu para a capacidade para realizar os investimentos necessários nesta área, nomeadamente na aquisição de viaturas e equipamentos. Concordou tratar-se de um modelo obsoleto e acabado aquele que insiste em associar a taxa de resíduos sólidos urbanos ao consumo da água, acrescentando que, até 2030, a União Europeia irá obrigar

à desagregação desta faturação, com os Municípios a estarem sujeitos ao cumprimento de um conjunto de metas que implicarão, obrigatoriamente, a adequada medição da produção de resíduos, com custos naturalmente acrescidos em termos do que é a gestão destas funções. -----

--- Interveio o senhor Deputado João Osório, fazendo notar que o deputado Mário Pereira, na sua intervenção anterior, distinguiu claramente aquilo que são as opções políticas diferenciadas da CDU e do PS, sublinhando que o anterior Executivo da CDU conseguiu fazer muito com pouco, enquanto que o atual Executivo do Partido Socialista tem feito pouco com muito. No caso específico da prestação de serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos, referiu que, durante o último ano em que esta função esteve sob a esfera de influência do Município, esteve a ser utilizado um veículo que foi adquirido pelo Executivo da CDU, que sempre conseguiu manter a qualidade e regularidade deste serviço essencial. Acrescentou, ainda, que mesmo perante a necessidade de recorrer ao aluguer de veículos para recolha, não tinham procedido a uma atualização tarifária ao longo de onze anos, para não sobrecarregar, financeiramente, os cidadãos. Deste ponto de vista, argumentou que o Executivo do Partido Socialista herdou, exatamente, os mesmos meios físicos e materiais que estavam à disposição do anterior Executivo da CDU, simplesmente não os sabendo gerir da forma mais eficiente. Contrapondo uma afirmação da Presidente da Câmara, venceu que, quando a CDU deixou o Executivo, a comparticipação média do Município nos encargos com a recolha de resíduos sólidos urbanos era de cerca de 45%, e não 70%, conforme afirmado. Por fim, indicou que não tem sido sentida no território a veracidade das palavras proferidas pela Presidente da Câmara, segundo as quais os cidadãos que menos poluem têm mais benefícios. Concluindo a sua intervenção, reafirmou que a presente proposta tem na sua génese uma clara e inequívoca opção política de um Executivo Camarário que entendeu ser mais vantajoso delegar o serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos a uma entidade intermunicipal, aguardando-se com expectativa quais serão os reais custos desta opção para a população. -----

--- A senhora Presidente da Câmara, em resposta, replicou que se é verdade que os meios herdados pelo atual Executivo do Partido Socialista são os mesmos que foram utilizados pelo anterior Executivo, é igualmente verdade que estes já contavam com mais uma década de utilização, com todos os constrangimentos que daí advêm. No caso do veículo mencionado pelo deputado João Osório, frisou que este foi adquirido já com um problema congénito grave, danificando os contentores dos quais operava a recolha de resíduos, além de carecer de manutenção constante e dispendiosa. Alegando que o serviço de mecânica da Câmara Municipal operou verdadeiros milagres para manter os dois veículos de recolha de resíduos em funcionamento, informou que o Município foi alvo de uma inspeção das condições de trabalho, cujas conclusões alertaram para a circunstância de estes dois veículos não possuírem as proteções exigidas por Lei para a segurança dos trabalhadores – situação que já vinha desde o anterior Executivo, mas que só no corrente mandato foi denunciada. Além disso, estes veículos encontravam-se constantemente avariados, com peças cuja substituição já não era possível. Perante este cenário, confrontada com o imperativo de

continuar a fornecer este serviço essencial à população, e com uma taxa de comparticipação financeira do mesmo que não lhe permitia recorrer a fundos comunitários para investir na aquisição de novos veículos – que, de acordo com as normas do financiamento comunitário nesta área, teriam de ser veículos elétricos, que custam sensivelmente o dobro do que veículos movidos a combustíveis fósseis – a Câmara Municipal viu-se obrigada a tomar uma opção política que viabilizasse a prestação de um bom serviço à comunidade. Clarificando as suas palavras que, porventura terão sido mal interpretadas pelo deputado João Osório, salientou ter afirmado que o Município comparticipava de igual modo, em termos percentuais, os encargos resultantes dos maiores e dos menores produtores de resíduos no concelho, e não propriamente que as pessoas que menos poluem iriam ser de alguma forma beneficiadas. Acrescentou que, naturalmente, quando forem implementadas as normas da União Europeia e for efetuada a medição da produção de resíduos, os cidadãos que mais reciclam irão ser beneficiados nas respetivas faturas referentes aos resíduos sólidos urbanos. -----

--- Usou, novamente, a palavra o senhor Deputado Mário Pereira, argumentando que, neste momento, a Ecoléziria está a prestar serviços pela totalidade do seu valor, com os Municípios com uma taxa de cobertura mais alta, como Almeirim e Coruche, a suportar cerca de 80% do valor deste serviço. Deste ponto de vista, questionou a viabilidade e sustentabilidade futura de uma empresa intermunicipal que gasta cem pela prestação de um serviço, mas que só recebe oitenta por esse mesmo serviço. Ademais, mencionou que o princípio do poluidor pagador foi criado pelo Partido Socialista, há sensivelmente vinte anos, sendo que, desde então, pouco ou nada evoluiu, muito por força da resistência das populações. Por fim, perguntou se a Ecoléziria já procedeu à aquisição de viaturas, eventualmente novas, para a prestação deste serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos. -----

--- Para resposta, usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que, começando por responder a esta última questão colocada, explicou que, além das viaturas incorporadas dos Municípios de Almeirim e Coruche, a Ecoléziria também procedeu à aquisição de uma viatura que se encontra atualmente afeta aos três Municípios, estando prevista a compra de outras viaturas, designadamente para dar resposta à recolha seletiva de biorresíduos. Depois, afirmou que o deputado Mário Pereira deveria estar mais ciente das questões relacionadas com a sustentabilidade da empresa intermunicipal, visto ter exercido funções como Presidente da Assembleia Geral da Ecoléziria, com este processo de recolha em baixa pela Ecoléziria a ser contemporâneo do período em que o deputado era também Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça. Assim, aditou que, na qualidade de Presidente da Assembleia Geral da Ecoléziria, em tempos idos, o deputado Mário Pereira teria a obrigação de saber que existia um mecanismo de compensação do serviço de recolha em alta que estava a beneficiar os Municípios. Lamentou que as opções políticas tomadas tenham conduzido a um atraso substancial numa área em que, por exemplo, os Municípios do norte do país revelam estar muito mais desenvolvidos, com a recolha seletiva de resíduos e com a implementação de um sistema

de compensação relativamente à gestão em alta e em baixa dos resíduos. Mais uma vez declarou que a opção política tomada pelos anteriores Executivos da CDU em Alpiarça, de se absterem de fazer investimentos sólidos nesta área para conseguir manter as tarifas mais baixas, claramente não foi a melhor solução, pelo que, mantendo-se os mesmos pressupostos e dificuldades sentidas no passado, a Câmara Municipal viu-se agora obrigada a tomar esta opção de externalizar, em empresa intermunicipal, a prestação deste serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos, por forma a continuar a prestar um bom serviço à comunidade nesta área fundamental. -----

--- Interveio novamente o senhor Deputado João Osório que entregou na Mesa uma fotografia enviada por um munícipe, captada apenas dez minutos antes, que evidencia a fraca qualidade do serviço que a Ecolezíria está a prestar à população de Alpiarça. -----

--- Em resposta, a senhora Presidente da Câmara esclareceu que o veículo de recolha de resíduos tem um circuito próprio e passa uma vez por dia por todos os contentores, sendo absolutamente natural que um contentor de resíduos recolhido da parte da manhã já possa estar cheio ao final do dia. -----

Deliberação: Posta a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 8 votos a favor (PS), e 5 votos contra (CDU). -----

--- **Ponto 05 – Relatório Anual de Atividades da CPCJ. Para conhecimento.** -----

--- Neste ponto, interveio a senhora Deputada Anabela Costa, que sublinhou ser este um assunto que deve merecer uma análise cuidada e a maior preocupação por parte dos eleitos. Assim, em virtude do relatório apresentado e de alguns acontecimentos recentes em Alpiarça, sugeriu que seria interessante ouvir a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens na Assembleia Municipal, para que se pudesse pronunciar acerca do substancial aumento de casos reportados em 2024 – tendo a CPCJ atualmente sessenta e seis processos ativos, quando somente quarenta e cinco processos haviam transitado de 2023, um incremento deveras significativo, levando em consideração a dimensão relativa do concelho – bem como sobre o trabalho que está a ser desenvolvido pela comissão no tratamento, acompanhamento e encaminhamento destas situações. Acrescentou que este volume de processos enfatiza a necessidade de continuar a apostar em ações de sensibilização e outras que sejam devidamente articuladas com a comunidade escolar e com os serviços de ação social do Município, com a Câmara Municipal a assumir claramente este combate à violência doméstica enquanto flagelo que mina a sociedade. -----

--- A senhora Presidente da AM, em resposta, e agradecendo a pertinente intervenção da deputada Anabela Costa, indicou que tem sido preocupação da CPCJ identificar pessoas para poderem colaborar ativamente no âmbito da sua comissão alargada, além daquela que é a representação da Assembleia Municipal nesta comissão. Partilhou da preocupação com o assinalável aumento de casos sinalizados, constando igualmente do relatório em apreço a informação sobre as faixas etárias em que incidem um maior número de casos, na

sua maioria relativos a ofensa física, violência doméstica e negligência grave, sendo que dos novos casos reportados, onze foram sinalizados pelos estabelecimentos escolares e doze pelas forças de segurança, o que reforça a importância de o Município continuar particularmente atento e atuante nesta área. -----

--- **Conhecimento:** Foi dado conhecimento do documento. -----

--- **Ponto 06 – Ampliação da EB1 Abel Avelino – Assunção de Compromissos Plurianuais. Para deliberação.**

--- A senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, procedeu à apresentação deste ponto, explicando estarem em causa os compromissos plurianuais a assumir no âmbito da candidatura, aprovada pela CCDR, para a obra de ampliação da Escola EB1 Abel Avelino, a qual se encontra em fase de procedimento concursal com vista à sua adjudicação. -----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Celestino Brasileiro que, anunciando antecipadamente o voto favorável da bancada da CDU neste ponto, questionou se uma ampliação de oito para doze salas de aula, conforme previsto neste projeto para a Escola EB1 Abel Avelino, será realmente suficiente para acautelar as necessidades futuras deste estabelecimento de ensino. -----

--- A senhora Presidente da Câmara, em resposta, explicou que a Câmara Municipal está limitada por vários pressupostos relativamente ao que poderá fazer nesta área, não podendo ir além daquilo que são as perspetivas de evolução da população escolar plasmadas na Carta Educativa e tendo, naturalmente, restrições do ponto de vista da capacidade de financiamento para um projeto de maior dimensão. Ressalvou, no entanto, que além das doze salas de aula permitirem alguma folga na gestão dos espaços físicos a curto e médio prazos, será salvaguardada a possibilidade de ampliação no primeiro piso, caso venha a ser identificada essa necessidade, a longo prazo. -----

Deliberação: Posta a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 07 – Proposta de Modificação Orçamental – Revisão n.º 1. Para deliberação.** -----

--- A senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, apresentou este ponto da ordem de trabalhos, apontando a necessidade de se proceder a uma modificação orçamental, sobretudo para integração do saldo de gerência transitado do exercício anterior, verba que vem preencher ou reforçar um conjunto de rubricas, no âmbito da atividade recorrente e plano de investimentos da Câmara Municipal. -----

Aberta a discussão sobre este ponto, a senhora Presidente da AM deu a palavra ao senhor Deputado João Osório que, no referente à afetação do saldo de gerência transitado, questionou qual a finalidade da verba de 1.440.000€ destinada a habitação. Também apontou o reforço no que concerne a despesas com pessoal, cuja rubrica passou de 5.171.000€ para 5.735.000€. Depois, referiu que, aquando da aprovação da proposta inicial de Orçamento Municipal para 2025, esta continha uma rubrica denominada “Sociedades não financeiras”, dotada com uma verba de 852.000€, sendo que nesta revisão orçamental se propõe a subtração de 800.000€ desta rubrica, pelo que questionou qual a alienação prevista pela Câmara Municipal que já não

se irá efetivar, ou se porventura a cabimentação desta rubrica tinha por exclusivo objetivo contribuir para o equilíbrio financeiro do Orçamento Municipal. -----

--- Para resposta, foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, que começou por explicar que a integração do saldo de gerência do exercício anterior no Orçamento Municipal do ano corrente obedece sempre a uma mesma lógica e modelo, sobejamente conhecidos pelos eleitos da CDU, no que comporta o preenchimento ou reforço de determinadas rubricas, que materializam as opções políticas tomadas, cujo nível de execução poderá ser avaliado de uma forma mais profunda e documentada aquando da apresentação dos relatórios de prestação de contas, relatórios estes que também conterão a resposta à questão final colocada pelo deputado João Osório. -----

--- Interveio o senhor Deputado Mário Pereira que expressou a sua consternação pela ausência de uma resposta objetiva à questão concreta que foi colocada pelo deputado João Osório, na sua intervenção anterior, visto não estar em causa qualquer informação sigilosa, vincando ser direito dos eleitos da Assembleia Municipal colocar questões, relativas aos temas tratados em cada um dos pontos da ordem de trabalhos, sendo dever da Presidente da Câmara fornecer os esclarecimentos requeridos. -----

--- Usou da palavra o senhor Deputado João Osório, que solicitou que ficasse expressamente registado em ata que a Presidente da Câmara se recusou a responder à questão simples por si colocada, no que diz respeito à subtração de 800.000€ de uma determinada rubrica, indagando-se qual o património a que a mesma diria respeito, e que já não será alienado pelo Município. -----

--- **Deliberação:** Posta a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 8 votos a favor (PS) e 5 abstenções (CDU). -----

--- **Ponto 08 – Autorização Prévia para Assunção de Compromisso Plurianual para Aquisição do Imóvel da Caixa Geral de Depósitos. Para deliberação.** -----

--- Para apresentação do ponto, foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara que, justificando a pertinência da decisão de aquisição do imóvel onde anteriormente funcionava a dependência da Caixa Geral de Depósitos em Alpiarça, referiu que o arquivo municipal possui atualmente cerca de oito mil caixas e setecentos livros, constituindo todo o acervo documental de conservação permanente do Município, o repositório mais fidedigno do seu passado e história. No entanto, neste momento o arquivo encontra-se no limite da sua utilização, com uma boa parte deste acervo documental guardada num espaço que não possui as mínimas condições nem é adequado ao seu funcionamento, além de, infelizmente, esta falta de capacidade para acolher condignamente este arquivo já ter conduzido à perda de elementos documentais inestimáveis, guardados num edifício que teve um problema de infiltrações. Assim, impõe-se que este acervo documental contendo a história do Município possa ser guardado e disponibilizado ao público com condições qualitativas que assegurem a sua preservação e valorização. Confrontado com esta necessidade, o Município

de Alpiarça tomou a iniciativa de procurar um imóvel que pudesse passar a funcionar como arquivo municipal. Na decorrência da avaliação de várias possibilidades, chegou ao conhecimento da Câmara Municipal a intenção da Caixa Geral de Depósitos de alienar o edifício onde funcionava a sua dependência, ficando apenas com a parte onde funciona atualmente o seu balcão de atendimento. Entendendo-se que este imóvel possui as condições ideais para acolher o arquivo municipal, procedeu-se a uma avaliação independente do valor do imóvel e encetaram-se negociações, chegando-se a um acordo para o parcelamento do pagamento do preço estipulado, no valor de 375.000€, com 60.000€ a serem pagos no ato da realização do contrato-promessa de compra e venda, 30.000€ como reforço de sinal a 15 de janeiro de 2026, 2027 e 2028, o remanescente a ser liquidado no ato de escritura, em 2029. Para além disto, a Câmara Municipal arrendará à Caixa Geral de Depósitos o espaço que atualmente ocupa, por um período de dez anos, pelo valor de 500€ por mês. Por conseguinte, estando em causa a assunção de compromissos plurianuais, submete-se a presente proposta para apreciação e deliberação da Assembleia Municipal. -----

--- Neste ponto, interveio o senhor Deputado João Osório, que começou por salientar que a afirmação que produziu na Assembleia Municipal de setembro de 2024, ao referir que a Câmara Municipal de Alpiarça iria resolver um problema à Caixa Geral de Depósitos com a aquisição do seu imóvel por um valor de 375.000€, afinal se revelou certa. Não deixou de lamentar este contributo da Câmara Municipal para que a Caixa Geral de Depósitos, com os exorbitantes lucros reportados, encerrasse a sua agência em Alpiarça, obrigando os munícipes a terem de se deslocar a Almeirim para tratar da maioria dos seus assuntos relacionados com o banco, com claro prejuízo sobretudo para os cidadãos mais idosos. Seguidamente, perguntou se o edifício em que funcionará o arquivo municipal albergará, exclusivamente, o acervo documental do Município, ou se também será utilizado como arquivo da Casa Museu e do malagueiro. Também questionou quais as alternativas que a Câmara Municipal tinha em estudo, para além da aquisição deste edifício à Caixa Geral de Depósitos. Argumentou ser este mais um exemplo flagrante de como o Executivo do Partido Socialista privilegia as suas opções políticas em detrimento dos interesses da população. Declarou que se absteria de colocar quaisquer questões adicionais, face à renitência da Presidente da Câmara em responder objetivamente às perguntas colocadas pelos membros da Assembleia. -----

--- Em seguida, interveio a senhora Deputada Anabela Costa, que declarou que, do ponto de vista de um munícipe comum, a Câmara Municipal parece estar a exercer a função de uma imobiliária, predispondo-se a efetuar um investimento avultado na aquisição de um imóvel para lhe conferir uma determinada utilidade funcional, mas abstendo-se de investir com semelhante determinação na aquisição de veículos e de equipamentos que lhe permitiriam manter na sua alçada o serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos, optando por delegar o mesmo numa empresa externa, ainda que de caráter intermunicipal. Estando em causa opções políticas legítimas, argumentou que o objetivo das autarquias não deveria passar pela maximização dos lucros, mas sim pela defesa intransigente dos interesses da comunidade, pelo que

questionou se, eventualmente, a Câmara Municipal se estará a transformar numa espécie de empresa autárquica. -----

--- Para resposta às intervenções dos membros da Assembleia, tomou a palavra a senhora Presidente da Câmara, fazendo notar que a política seguida pela Caixa Geral de Depósitos nos últimos anos, e sobre a qual os Municípios têm influência nula, tem vindo a ser a da diminuição do número de dependências, na procura da otimização dos seus serviços. Relativamente às palavras do deputado João Osório, confessou não compreender inteiramente a argumentação segundo a qual a Caixa Geral de Depósitos reportou os maiores lucros de sempre e, ao mesmo tempo, careceria do auxílio da Câmara Municipal de Alpiarça para a resolução de um suposto problema. Neste contexto, esclareceu que, numa decisão totalmente alheia ao Município, a Caixa Geral de Depósitos decidiu alienar um imóvel da sua propriedade, o qual, obviamente, acabaria por ser adquirido por uma qualquer outra entidade, caso a Câmara Municipal não avançasse para a sua aquisição para a finalidade pretendida e anteriormente mencionada. Acrescentou que, em função da necessidade identificada, a Câmara Municipal de Alpiarça tomaria semelhante opção, independentemente da entidade que fosse proprietária do imóvel a adquirir, desde que se concluísse que este reunia, de facto, as condições para dar uma resposta cabal à funcionalidade pretendida. Em relação ao comentário sobre a defesa dos interesses da comunidade, explanou que em mandatos anteriores foram tomadas decisões que eram completamente alienadas daquilo que deveriam ser as verdadeiras preocupações dos autarcas, conduzindo inclusivamente, e neste caso, à perda de património de valor inestimável, no âmbito do acervo documental do Município. Confirmando que as referidas instalações irão albergar a plenitude do arquivo do Município, asseverou ter sido tomada uma decisão responsável, com base numa avaliação que levou em conta fatores preponderantes como a localização do edifício, a sua centralidade, o valor de mercado e a sua capacidade de dar resposta à utilização pretendida. Respondendo à deputada Anabela Costa, declarou que, naturalmente, a função da autarquia não é a maximização dos lucros, mas uma gestão rigorosa e responsável do seu património, para além daquilo que é o providenciar de serviços essenciais à população e a potenciação dos investimentos realizados, mediante candidaturas a cofinanciamento comunitário. A este respeito, acrescentou que uma autarquia não tem um cunho empresarial só porque simplesmente prima pela eficiência na gestão e valorização do seu património, visando primariamente a sua preservação, e depois a otimização de rendimentos para que o Município tenha os meios disponíveis para continuar a assegurar os serviços que são da sua responsabilidade. Apontou como exemplo concreto os prédios do legado, em Lisboa, cuja manutenção – deficitariamente efetuada em mandatos anteriores – logicamente não tem por objetivo primário a maximização de lucros, mas a obtenção de receitas que possam ser canalizadas para que esse património possa ser mantido e preservado. Não tendo este património sido convenientemente preservado ao longo dos anos, o atual Executivo teve de tomar a opção pela sua alienação e consequente aquisição de outros imóveis, cujos rendimentos provenientes dos arrendamentos possam beneficiar a Fundação José

Relvas, conforme era desejo do legatário. Identificou um outro exemplo, com a extinção da cooperativa AgroAlpiarça, para enfatizar ser obrigação do Município rentabilizar o seu património por forma a que os rendimentos deste advenientes efetivamente cheguem à população e a beneficiem, salientando que algumas verbas obtidas na sequência do processo de dissolução da cooperativa já foram utilizadas para aquisição de uma ambulância, uma vez que as duas ambulâncias ao serviço dos bombeiros no concelho nem sequer estavam certificadas pelo INEM. Face ao exposto, e respondendo diretamente ao comentário proferido pela deputada Anabela Costa, declarou que a Câmara Municipal não se transformou numa empresa ou numa agência imobiliária, estando tão somente a privilegiar a preservação e rentabilização do seu património, como é da sua responsabilidade. Por fim, questionando se a deputada Anabela Costa estava ciente do custo de aquisição de veículos para a recolha de resíduos sólidos urbanos, esclareceu que caso a autarquia avançasse para a aquisição de um veículo elétrico novo para a prestação deste serviço, eventualmente, a verba pela qual irá adquirir o imóvel em apreço não seria suficiente para o efeito. -----

---- Pede a palavra o senhor Deputado João Osório, que assinalou que o comentário da Presidente da Câmara acerca do custo de aquisição de um veículo elétrico para recolha de resíduos sólidos urbanos não leva em conta o facto de que esta operação é totalmente financiada por fundos comunitários, mediante candidatura submetida para o efeito. Assim, e solicitando esclarecimentos adicionais acerca deste tema, perguntou qual o preço real de aquisição de uma viatura para recolha de resíduos, e qual a percentagem efetivamente cofinanciada, indagando se tais valores não foram convenientemente analisados antes de ser tomada a decisão de externalização deste serviço para uma empresa intermunicipal. -----

--- Também usou da palavra o senhor Deputado Mário Pereira que, secundando e reforçando as questões colocadas pelo deputado João Osório, também salientou que esta aparente preocupação do atual Executivo com o arquivo municipal não constava sequer do programa eleitoral do Partido Socialista à Câmara Municipal de Alpiarça, pelo que indagou que outras alternativas foram estudadas para o efeito, para além da aquisição do imóvel da propriedade da Caixa Geral de Depósitos. -----

--- A senhora Presidente da Câmara, em resposta, ressaltou primariamente, e por uma questão de seriedade do debate político, que não está em causa uma opção tomada, de aquisição de um edifício para servir como arquivo municipal, em detrimento da aquisição de um veículo para recolha de resíduos sólidos urbanos, uma vez que se tratam de duas matérias totalmente distintas. Respondendo ao deputado João Osório, explicou que o custo de aquisição de um veículo de recolha de resíduos depende da sua capacidade, acrescentando que o cofinanciamento comunitário apenas abrange metade do custo de aquisição de um veículo elétrico novo, que por si só custa o dobro do que um veículo movido a combustível fóssil, com valores que podem oscilar entre os 300.000€ e os 500.000€, consoante a sua capacidade, um investimento substancialmente elevado. Relativamente à preocupação com a conservação do arquivo municipal, indicou que a mesma não constava do programa eleitoral do Partido Socialista porque o Executivo, entretanto eleito, só teve pleno

conhecimento do estado em que o arquivo se encontrava quando tomou posse e contactou mais proximamente com esta realidade, concluindo-se que imperava encontrar uma solução que viabilizasse a preservação condigna deste acervo documental. Aditou que, atendendo à forma como este arquivo está atualmente a ser preservado, com recurso a instalações que não possuem as condições mínimas para o efeito, logicamente a Câmara Municipal teria de procurar alternativas viáveis, caso não existisse esta solução que passa pela aquisição do imóvel que a Caixa Geral de Depósitos decidiu alienar. -----

--- **Deliberação:** Posta a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 8 votos a favor (PS), e 5 votos contra (CDU). -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Celestino Brasileiro para apresentação de uma declaração de voto, sendo que nesta referiu que os eleitos da CDU votaram contra a aquisição do imóvel da Caixa Geral de Depósitos pelo Município de Alpiarça por entenderem que, desta forma, o Município contribuiu para a resolução de um problema da entidade bancária, um banco público que deveria prestar melhores serviços às populações, com os lucros fabulosos que apresenta ano após ano, sendo inadmissível que os cidadãos de Alpiarça se vejam obrigados a recorrer à agência da Caixa Geral de Depósitos de Almeirim para tratar da maior parte dos seus assuntos relacionados com esta instituição. Concluindo, enfatizou que não deixava de ser curioso que tenha sido o próprio Município de Alpiarça a encetar o contacto com a administração da Caixa Geral de Depósitos com vista à aquisição deste edifício, acelerando assim o processo de retirada destes serviços aos munícipes, ao invés de exigir a sua manutenção e reforço, em defesa dos interesses dos cidadãos.

--- **Ponto 09 – Leitura, discussão e votação da Ata da Assembleia Municipal realizada no dia 23 de dezembro de 2024. Para deliberação.** -----

--- Inteiro, neste ponto, o senhor Deputado Mário Pereira, que sugeriu algumas alterações pontuais à redação da ata, designadamente na pág. 12, onde deverá ficar registado que o deputado Mário Pereira manifestou a sua intenção de intervir, em virtude de a sua bancada ter sido diretamente interpelada e desafiada a pronunciar-se, pelo deputado Abel Pedro. -----

---- Pediu a palavra, em seguida, a senhora Deputada Rita Conim, que criticou o longo tempo despendido em plena Assembleia Municipal para proceder a alterações pontuais à redação da ata em apreço, não deixando de ressaltar, porém, que esta extrema preocupação com a fidedignidade da redação de atas que ficam para a posteridade também vem enfatizar a necessidade e pertinência de a autarquia possuir instalações condignas para a preservação do seu arquivo municipal. -----

--- **Deliberação:** Posta a votação, a ata foi aprovada por unanimidade dos elementos presentes na referida reunião, com as alterações sugeridas. -----

--- **Ponto 10 - Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto do n.º 2 do artigo 20.º do Regimento. Para deliberação.** -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos membros da Assembleia para apresentação de documentos. -----

--- **Foi apresentada uma saudação intitulada “Saudação IC3” pelo senhor Deputado Miguel Miranda, da Bancada da CDU.** -----

--- **Deliberação:** Posta a votação, a saudação foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Foi apresentado um voto de louvor a Francelina Conceição Freire Alves pela senhora Deputada Rita Conim, da Bancada do PS.** -----

--- **Deliberação:** Posto a votação, o voto de louvor foi aprovado por unanimidade. -----

--- **Foi apresentada uma moção comemorativa ao 25 de novembro pelo senhor Deputado Artur Sanfona, da Bancada do PS.** -----

--- **Deliberação:** Posta a votação, a moção foi aprovada por maioria, com 8 votos a favor (PS), e 5 votos contra (CDU). -----

--- Interveio o senhor Deputado Mário Pereira que anunciou, antecipadamente, o voto contra da bancada da CDU, declarando que a CDU não se associa de forma alguma a estas comemorações do 25 de novembro, nem se revê no significado que pretendem atribuir a esta data, considerando inclusivamente que alguns elementos constantes da moção em apreço têm por fundamento premissas erradas. Neste contexto, afirmou que o que verdadeiramente consolidou a democracia em Portugal, após o 25 de abril de 1974, foi a grande mobilização popular, a criação dos partidos políticos e a intervenção diversificada e com sentidos contraditórios, mas sempre intensa, destes mesmos partidos, das associações de trabalhadores e de moradores, dos sindicatos, e de toda esta dinâmica participativa que se criou no país após quarenta e oito anos de ditadura fascista. De fundamental preponderância também se revestiram as eleições livres, dando sentido à vontade popular, e a Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de abril de 1976, num quadro legal que ainda hoje se mantém, apesar das sucessivas tentativas para o desvirtuar. Quanto à data do 25 de novembro, afirmou ter esta interpretações diversas e não raro contraditórias, um movimento que surgiu no seio da instituição militar e que respondeu a interesses particulares de vários setores das forças armadas, correspondendo ao avolumar da tensão política criada anteriormente, e até a um certo colaboracionismo entre as forças políticas que pretendiam empurrar o país para uma guerra civil, havendo planos claros para deslocalização do Governo para o norte do país, e a partir daí procurar a tomada do poder do restante território nacional. Acrescentou existir uma outra intenção inequívoca com o 25 de novembro, pelo menos para algumas das correntes envolvidas na preparação dos acontecimentos, e que passava pela ilegalização do Partido Comunista Português e, eventualmente, de outros movimentos de esquerda, uma intenção que foi claramente falhada, saindo inclusivamente reforçada a presença do PCP no Governo.

Consequentemente, reafirmou que de modo algum poderá a CDU associar-se a esta moção, a qual rejeita liminarmente com o seu voto contra. -----

--- Foi apresentada uma moção evocativa do centenário do nascimento de Mário Soares pela senhora Deputada Marta Piscalho, da Bancada do PS. -----

--- Deliberação: Posta a votação, a moção foi aprovada por unanimidade. -----

--- O senhor Deputado Mário Pereira, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, na qual referiu que, apesar de longa, a moção apresentada é justamente adequada à personalidade e à figura que se evoca, de uma das figuras mais proeminentes do panorama político do Portugal democrático. Valorizou a preocupação e o esforço da bancada do PS em procurar redigir uma moção evocativa à qual as restantes forças políticas se pudessem associar sem objeção, embora em certos aspetos pareça ir em contraponto àquilo que foi a importância atribuída pelo Partido Socialista ao centenário do nascimento de Mário Soares, muito aquém daquilo que seria expectável. Anunciando o seu voto favorável, reiterou estar em causa uma figura de fundamental importância na democracia portuguesa, com um papel interventivo, antifascista, e com uma participação destacada como advogado nos tribunais plenários, na defesa dos presos políticos, na sua esmagadora maioria militantes do Partido Comunista Português. Quanto à ação de Mário Soares após o 25 de abril de 1974, a moção também a retrata de forma objetiva e factual, correspondendo à interpretação que a CDU faz destes mesmos factos, sendo inegáveis as diferenças do ponto de vista político que separam a CDU daquilo que foi a intervenção de Mário Soares como Ministro, Primeiro Ministro e Presidente da República. Embora reconhecendo alguns aspetos positivos nesta mesma intervenção, declarou que, na generalidade, esta foi marcadamente no sentido inverso daquele que se exigia após a revolução do 25 de abril, na construção de uma democracia avançada e madura, acrescentando que a ação de Mário Soares, a este nível, teve como consequência o retardar, e até o inverter de algumas das conquistas do 25 de abril, no não cumprimento da Constituição da República Portuguesa em variados aspetos. -----

--- Foi apresentado um voto de louvor à Escola de Ciclismo do Clube Desportivo “Os Águias” pelo senhor Deputado Abel Pedro, da Bancada do PS. -----

--- Deliberação: Posto a votação, o voto de louvor foi aprovado por unanimidade. -----

--- PERÍODO DO PÚBLICO -----

--- Terminada a Ordem do Dia, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao segundo período destinado à intervenção do público. Não se registaram pedidos de intervenção neste período. -----

--- ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Deputada Municipal Alzira Agostinho para leitura da minuta da ata, a qual foi posteriormente colocada à discussão e votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, eram vinte e duas horas e quatro minutos do dia 17 de fevereiro de 2025. -----

--- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

--- Presidente da Mesa Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira _____

--- 1ª Secretária Alzira Maria Nunes da Cunha Marques Agostinho _____

--- 2º Secretário Artur Jorge Fernandes Sanfona _____

Alpiarça, aos dezassete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco. -----

A Presidente da Assembleia Municipal _____

1.ª Secretária _____

2.º Secretário _____

SAUDAÇÃO

Após vários anos de reivindicações feitas pelas populações, foi finalmente aprovado na Assembleia da Republica, por proposta do PCP, e inscrito no Orçamento de Estado para o ano de 2025, o início da construção do IC3.

O Governo deve assim iniciar os procedimentos necessários para a construção, em 2025, do troço do IC3, ligando a A13, no concelho de Almeirim, à A23, em Vila Nova da Barquinha, com uma ponte alternativa à que liga atualmente os concelhos da Chamusca e Golegã.

Esta solução, constantemente adiada, tem impedido o desenvolvimento necessário de todos os concelhos adjacentes à Chamusca, incluindo o concelho de Alpiarça, causando constrangimentos significativos que bloqueiam o progresso da nossa região.

Trata-se de uma zona em que abunda o trânsito de pesados, nomeadamente com o transporte de matérias perigosas que entram ou saem do Ecoparque do Relvão, situado no Concelho da Chamusca e apenas servida pela N118. A conclusão do troço do IC3, com a consequente construção da nova travessia do Tejo, permitirá descongestionar o trânsito da N118, melhorar a segurança das populações (tendo em conta que a N118 atravessa o centro de vários concelhos desde Benavente até Abrantes) e melhorar muito significativamente a mobilidade entre vários pontos do distrito de Santarém, tendo naturalmente impactos positivos também do ponto de vista económico.

A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida no dia 23 de Dezembro de 2024, saúda a aprovação da inscrição no Orçamento de Estado para 2025 da construção do IC3, entre Almeirim e Vila Nova da Barquinha, com a construção de uma nova ponte entre Chamusca e Golegã.

A Bancada da CDU



Voto de Louvor

Francelina Conceição Freire Alves venceu o **Campeonato Nacional Individual de Boccia Sénior 2.ª Divisão (zona sul)** em representação do Clube Desportivo "Os Águias" e do Município de Alpiarça.

O projeto de Boccia Sénior iniciou-se em 2023/24 e é desenvolvido pelo o Clube Desportivo "Os Águias", em parceria com o Município de Alpiarça (através do programa Alpiarça Ativa +55).

Este grupo participou pela primeira vez no campeonato nacional organizado pela PCAND – Paralisia Cerebral – Associação Nacional de Desporto a 4 de Dezembro, em Setúbal, com 9 atletas. Esta competição reuniu 76 jogadores, de 6 clubes e instituições diferentes.

A Assembleia Municipal de Alpiarça felicita a sua participação e conquista onde ficou demonstrado que com esforço, motivação e dedicação é possível conquistar feitos de relevo.

Propõe-se que a Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida em sessão ordinária a 23 de Dezembro de 2024, aprove um voto de louvor à atleta.

Propomos ainda que seja dado conhecimento à atleta, ao Clube Desportivo "Os Águias" de Alpiarça e a publicação nos instrumentos municipais disponíveis online.

Alpiarça, 13 de Dezembro de 2024

O Partido Socialista



Moção Comemorativa ao 25 de novembro

Considerando que:

- O dia **25 de novembro** de 1975 representa um marco importante na história de Portugal, simbolizando a consolidação do regime democrático, em continuidade com os ideais de liberdade e justiça conquistados pela Revolução de 25 de Abril de 1974;
- Este dia recorda o papel decisivo das instituições democráticas e das Forças Armadas na garantia da estabilidade política e na construção do estado de direito democrático em Portugal;
- A preservação da memória deste momento histórico é essencial para fortalecer os valores da democracia, do pluralismo e do respeito pelas liberdades fundamentais, pilares da nossa sociedade contemporânea;

Propomos que:

- A Assembleia Municipal manifeste o seu reconhecimento pelo significado histórico do 25 de novembro de 1975 na consolidação da democracia em Portugal.
- Se reafirme o compromisso com os valores da liberdade, justiça, igualdade e participação cidadã que foram defendidos e assegurados nesse período.

Alpiarça 20 de Dezembro de 2024

A Bancada do Partido Socialista



Moção Evocativa do Centenário do nascimento de Mário Soares

A construção da nossa democracia pode confundir-se com a história de Mário Soares. Desde a resistência à ditadura, passando por todas as fases que tornaram possível a consolidação do regime democrático, Mário Soares foi um exemplo e uma figura incontornável.

Todos aqueles que têm sede de aprender com o passado e têm a veleidade de pretender construir um futuro melhor para Portugal, encontram na sua vida e na sua ação cívica e política, uma referência da democracia e da liberdade e um exemplo de cidadania.

A vida de Mário Soares foi um combate incansável pela liberdade e uma luta sem tréguas pela democracia, esforços que lhe foram indistintos da defesa dos direitos humanos, da paz e da solidariedade entre os povos, e que lhe granjearam inimigos e algozes, perante os quais assumiu sempre uma denodada coragem.

Figura maior da democracia portuguesa, Mário Alberto Nobre Lopes Soares nasceu em Lisboa, a 7 de dezembro de 1924, no seio de uma família republicano-liberal, filho de João Lopes Soares e de Elisa Nobre Baptista. Licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas, em 1951, e em Direito, em 1957. Em 22 de fevereiro de 1949, casou com Maria de Jesus Barroso (1925-2015), por procuração, por se encontrar preso na cadeia do Aljube. Do casal nasceram dois filhos: João (n. 1949) e Isabel (n. 1951).

Recebendo desde tenra idade uma educação cívica liberal, republicana e democrática, Mário Soares assumiu, desde cedo, um intenso combate político contra a ditadura. Ainda na universidade, aderiu ao Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), em 1943, e ao Partido Comunista Português (PCP), em 1944. Foi membro da Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática (MUD), tendo sido um dos fundadores do MUD Juvenil.

Escreveu e subscreveu importantes documentos de contestação ao Estado Novo. Como representante da Resistência Republicana, foi membro do Directório Democrato-Social, dirigido por republicanos como António Sérgio e Jaime Cortesão. Participou ativamente nas candidaturas dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado à Presidência da República, momentos que abalaram o regime e que, mais uma vez, foram evidência do empenho intrépido com que assumiu a sua participação cívica e política de combate à ditadura.

Enquanto advogado, levou a luta pela liberdade para a barra dos famigerados tribunais plenários, defendendo inúmeros presos políticos. Neste fórum, e enquanto advogado da

família de Humberto Delgado, contribuiu decisivamente para desvendar as circunstâncias do seu assassinato e denunciar as responsabilidades da PIDE na autoria material desse crime.

Coube a Mário Soares os primeiros passos da afirmação do socialismo democrático em Portugal, nomeadamente como corrente oposicionista ao Estado Novo. Em abril de 1964, ajudou a fundar a Ação Socialista Portuguesa (ASP), a qual viria a ser formalmente admitida à Internacional Socialista em junho de 1972. Foi candidato à Assembleia Nacional nas listas da Oposição Democrática, em 1965, e da Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), em 1969.

Motivava-o a absoluta convicção da necessidade imperiosa de um país em declínio, se libertar das garras de um regime que o colocava invariavelmente na cauda da civilização.

"Portugal tem de ser salvo do aviltamento da ditadura. E essa tarefa só pode ser obra dos próprios portugueses. Temos que nos libertar do ciclo infernal da miséria, do medo e da opressão, em que tão longamente nos deixámos confinar. "

Assumiu-se desde cedo como anticolonialista, tendo desenvolvido uma ativa campanha de denúncia da situação política portuguesa, particularmente contra a Guerra Colonial, sofrendo, uma vez mais, as duras consequências da sua coragem. Note-se que é num quadro de absoluta exiguidade das mais fundamentais liberdades cívicas e políticas que Mário Soares se movimenta. Por tudo isso, foi preso mais de uma dezena de vezes, deportado para São Tomé, e obrigado a exilar-se em França, a partir de 1970. No exílio, concluiu aquela que veio a ser a sua obra mais emblemática, intitulada "Portugal Amordaçado", cuja primeira edição foi proibida em Portugal.

Este período, permitiu-lhe o contacto com algumas das principais figuras da social-democracia europeia, criando uma rede de contactos internacionais e cimentando uma ideia para Portugal, que divulgou em entrevistas e artigos que fez publicar na imprensa internacional. A sua visão do mundo e do posicionamento de Portugal no mundo, constituiu o alfobre do pensamento estratégico que, mais tarde, já com a liberdade e democracia alcançadas, permitiu a integração do nosso país em todas as instâncias internacionais e o respeito do mundo livre.

Em 1973, na cidade alemã de Bad Munstereifel, fundou o Partido Socialista (PS), sendo eleito como o primeiro Secretário-geral, cargo que ocupou durante quase treze anos.

Exilado em França, e com as notícias da Revolução em 25 de abril, Mário Soares foi o primeiro exilado político a chegar a Portugal após o derrube da ditadura, a 28 de abril de 1974. Trazia consigo um passado de luta e oposição á ditadura. Esperava-o um papel determinante na transição e institucionalização da democracia portuguesa e toda a esperança de um povo agora libertado.

Logo em 1974-75, como ministro dos Negócios Estrangeiros, levou a cabo uma intensa atividade diplomática de divulgação internacional da nova realidade política vivida em Portugal e de abertura ao exterior, depois de mais de 40 anos de isolacionismo, assumindo como primeira prioridade o início do processo de descolonização.

O Período revolucionário trouxe, no entanto, consigo desafios que careciam, uma vez mais, de coragem e determinação para os enfrentar. E coube a Mário Soares arrostar esses desafios, tornando-se o rosto da defesa da democracia. O comício da Fonte luminosa e a capacidade singular de Mário Soares para fazer uma leitura dos acontecimentos e perceber o perigo que se desenhava no horizonte para o processo democrático, deram o mote para os acontecimentos subsequentes. Empenhou-se na instituição de um regime democrático pluralista, representativo e de tipo ocidental, afirmando-se rapidamente como o principal líder civil e o político português com maior notoriedade internacional. Em 1975, foi eleito deputado nas primeiras eleições livres, por sufrágio direto e universal realizada em Portugal, para a Assembleia Constituinte. Lutou contra a unicidade sindical e notabilizou-se na defesa da liberdade de imprensa. Um ano depois, em abril de 1976, votou a Constituição democrática portuguesa. Nesse mesmo ano, foi eleito Vice-Presidente da Internacional Socialista, ocupando o cargo durante dez anos.

Mário Soares encarou, desde sempre, a integração de Portugal no projeto europeu como um desígnio nacional e uma condição indispensável para a construção de um país verdadeiramente livre, aberto e moderno. Como Primeiro-Ministro de três governos constitucionais (1976-1977; 1978; 1983-1985), em que são dados passos decisivos na consolidação democrática e na construção do Estado Social, coube a Mário Soares liderar o processo de adesão de Portugal às Comunidades Europeias, iniciado em março de 1977, com a apresentação do pedido formal de adesão à CEE, e encerrado sete anos depois, em junho de 1985, com a assinatura do Tratado de Adesão, materializando a sua condição de europeísta convicto e ligando, definitivamente, Portugal ao mundo.

Em 1986, tornou-se o primeiro civil eleito por sufrágio universal direto para o cargo de Presidente da República, apresentando aos portugueses um projeto de futuro e de modernidade para o país. Exerceu a Chefia do Estado durante dois mandatos (1986-1996), adotando um novo estilo de presidência, de proximidade com os cidadãos, atento às realidades das populações e dos seus problemas, percorrendo o país nas suas “presidências abertas”, transformando verdadeiramente o cargo, tradicionalmente institucional e distante, do mais alto magistrado da nação. Graças a tudo isso, ficou reconhecido unanimemente como o “presidente de todos os portugueses”.

Com o fim do seu segundo mandato presidencial, Mário Soares continuou a assumir uma ativa intervenção política, social e cultural. Em 1996, assumiu a presidência da Fundação a que dá o nome, reunindo importantes arquivos e coleções no domínio da história contemporânea e realizando um trabalho importantíssimo de cooperação internacional. Em Portugal, destacou-se na presidência da Comissão Nacional das Comemorações do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1998) e da Comissão da Liberdade Religiosa (2007-2011). Em 1999, motivado a participar na reforma do projeto europeu, que foi sempre o seu, foi o cabeça de lista do Partido Socialista às eleições europeias, cumprindo um mandato como eurodeputado (1999-2004). Em 2006, concorreu, de novo, à Presidência da República, tendo perdido as eleições. A sua disponibilidade para o serviço público, numa fase da sua vida em que nada tinha a demonstrar, a sua generosidade na partilha do seu vasto conhecimento, granjeado ao longo da sua vida, com a participação efetiva nos acontecimentos, são a evidência da sua grandiosidade humana e cívica, do seu otimismo e do seu amor incondicional à liberdade, à democracia e ao seu país.

"Se há um défice democrático, exija-se mais democracia a nível das instituições, e uma mais aprofundada participação dos cidadãos. Evitemos o fatalismo, a

descrença, a deserção. Saibamos sacudir tudo isso. Tenhamos a coragem de cada um, na sua limitada esfera de ação, assumir as suas responsabilidades. Com coragem. A palavra hoje mais importante em política”.

Entre muitas outras funções, desempenhou os cargos de presidente da Comissão Mundial Independente para os Oceanos (1995-1998), do Comité Promotor do Contrato Mundial da Água (1997), do Movimento Europeu (1997-1999), do Comité dos Sábios para a Reestruturação do Conselho da Europa (1997-1998) e, desde 2009, foi Patrono do International Ocean Institute. O seu reconhecimento e prestígio internacional levaram-no a ser nomeado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas Kofi Annan em Missão de informação sobre a situação da Argélia, em 1998, e, mais tarde, em 2002, a chefiar a Delegação do Parlamento Europeu para as relações com Israel.

Ao longo da sua vida, recebeu inúmeros prémios, condecorações e doutoramentos honoris causa de todo o mundo.

Nos últimos anos da sua vida, numa demonstração inequívoca da sua determinação e generosidade, continuou a participar em muitas iniciativas e atividades, revelando uma influência política e cultural singulares. Frequentemente convidado a intervir em conferências e colóquios internacionais, nunca deixou de escrever, de refletir e debater sobre os grandes temas da atualidade nacional e internacional, assim como de se manifestar publicamente em defesa dos valores em que acreditava.

As gerações que tiveram o privilégio de o conhecer, ou que foram simplesmente suas contemporâneas, foram, de inúmeras formas, tocadas pela sua existência. Quer na sua ação cívica, com a oportunidade de o acompanhar no combate sem tréguas à Ditadura, quer na sua ação política, nas inúmeras medidas que ao longo do seu exercício como governante implementou e fez implementar em Portugal, como foram a descolonização, a liberdade sindical, a criação do SNS e a adesão à CEE, para citar as mais emblemáticas, quer na partilha da sua forma bem disposta e cordata de ser, do seu sentido de humor apurado e assertivo e das suas atribuições como tribuno ou da sua disponibilidade para o diálogo e o convívio com todos, garantindo que se lhe aplicasse como uma luva o slogan da sua primeira campanha para as presidenciais – **“Soares é Fixe”**.

Morreu em Lisboa, a 7 de janeiro de 2017, aos 92 anos de idade, deixando uma vasta obra publicada sobre Portugal, a Europa e o Mundo, as suas principais figuras, acontecimentos e problemáticas e um testemunho indelével de uma personalidade singular e de um protagonista maior na construção de Portugal.

Neste ano em que comemoramos o Centenário do nascimento de Mário Soares, uma figura maior na história do Portugal democrático, a Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida em sessão ordinária a 23 de Dezembro de 2024, evoca a sua memória, assinalando esta efeméride com a presente moção evocativa, propondo que a mesma seja aprovada e que seja publicada nos instrumentos municipais disponíveis online.

Alpiarça, 23 de dezembro de 2024

A Bancada do Partido Socialista



Voto de Louvor

A Escola de Ciclismo do Clube Desportivo “Os Águias” tem, ao longo da sua existência, realizado um excelente trabalho e obtido diversos resultados desportivos que devem de ser louvados.

Nos últimos quatro meses de provas, incluídas já no calendário de 2025, os atletas da Escola de Ciclismo do Clube Desportivo “Os Águias” obtiveram excelentes resultados e elevaram o nome da Escola, do Clube e do Concelho a patamares de relevo, dos quais se destacam:

Em Infantis Masculinos:

Gonçalo Luciano foi Vice Campeão Nacional de Ciclocrosse e obteve o 1º Lugar na Taça de Portugal de Ciclocrosse.

Infantis Femininos:

Carminho Gaudêncio foi 3ª classificada na Taça de Portugal de Ciclocrosse.

Juvenis Masculinos:

Lourenço Luciano – Obteve os títulos de Campeão Nacional na modalidade de Ciclismo de Pista na Vertente de Scratch (Prova em Linha), Campeão Nacional na modalidade de Ciclismo de Pista na Vertente de KM (Sprint) e ficou em 1º Lugar na Taça de Portugal de Pista na Vertente do Km (Sprint) e na Taça de Portugal de Ciclocrosse; Tomás Pereira ficou em 3º Lugar no Campeonato Nacional de Ciclocrosse e em 4º Lugar na Taça de Portugal de Ciclocrosse;

Cadetes Femininos:

Inês Fonseca – Residente em Salvaterra de Magos mas atleta da Escola de Ciclismo do Clube Desportivo “Os Águias” foi Campeã Nacional na modalidade de Ciclismo de Pista na Vertente de Scratch, Campeã Nacional na modalidade de Ciclismo de Pista na Vertente de Perseguição; Campeã Nacional na modalidade de Ciclismo de Pista na Vertente de Pontos; Campeã Nacional de Ciclocrosse e obteve o 1º Lugar Taça de Portugal Ciclocrosse e 1º lugar na Taça de Portugal de pista - scratch

Beatriz Rodrigues foi Vice-Campeã Nacional de Ciclocrosse e obteve o 3º Lugar na Taça de Portugal Ciclocrosse.

Bárbara Cunha, atleta a residir das Fazendas de Almeirim (avós de Alpiarça) obteve o 3º Lugar no Campeonato Nacional de Ciclocrosse.

Cadetes Masculinos:

Pedro Galvão ficou em 2º Lugar na Taça de Portugal de Ciclocrosse

SUB 23

Duarte Galvão obteve o 3º Lugar no Campeonato Nacional de Ciclocrosse

A Assembleia Municipal presta homenagem aos ciclistas, aos técnicos, aos seccionistas da Escola de Ciclismo do Clube Desportivo “Os Águias de Alpiarça” e a todos os demais dirigentes pela conquista, bem como pelo trabalho, empenho, disponibilidade e enorme

dedicação que só podem engrandecer um clube centenário como o Clube Desportivo “Os Águias de Alpiarça”.

Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida em sessão ordinária a 17 de Fevereiro de 2025, aprove um voto de louvor à Escola de Ciclismo do Clube Desportivo “Os Águias” de Alpiarça”, e aos atletas:

Gonçalo Luciano;
Carminho Gaudêncio;
Lourenço Luciano;
Inês Fonseca;
Beatriz Rodrigues;
Bárbara Cunha;
Pedro Galvão
Duarte Galvão.

Com este voto, os eleitos da Assembleia Municipal vêm também reconhecer o grande contributo para a propagação, divulgação e promoção da Escola de Ciclismo, do Clube Desportivo “Os Águias” de Alpiarça e do concelho de Alpiarça.

Propomos, ainda, que seja dado conhecimento deste louvor ao clube, aos ciclistas, e aos responsáveis pela Escola de Ciclismo do Clube Desportivo “Os Águias de Alpiarça” e a publicação nos instrumentos municipais disponíveis online.

Alpiarça, 14 de Fevereiro de 2025

O Partido Socialista